



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria-Geral da República

Nº 210.923/2015-AsJConst/SAJ/PGR

**Agravo regimental
na ação direta de inconstitucionalidade 5.167/DF**

Relator: Ministro **Celso de Mello**
Agravante: Associação Brasileira de Criminalística (ABC)
Agravados: Governador do Estado de Mato Grosso do Sul
Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul

CONSTITUCIONAL. AGRAVO REGIMENTAL EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ASSOCIAÇÃO QUE REPRESENTA FRAÇÃO DE CATEGORIA. AUSÊNCIA DE LEGITIMIDADE ATIVA. PRECEDENTES.

1. O Supremo Tribunal Federal, em diversos julgados, tem recusado legitimidade para ajuizar ação direta de inconstitucionalidade a entidades de classe de âmbito nacional que representem apenas fração de categoria de agentes públicos.
2. Parecer pelo não provimento do agravo regimental.

I RELATÓRIO

Cuida-se de agravo regimental interposto pela ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIMINALÍSTICA (ABC) contra decisão monocrática que extinguiu o processo, sem resolução de mérito, por entender que a requerente não possui legitimidade ativa para ajuizar ação

direta de inconstitucionalidade, pois congrega apenas fração de categoria funcional. Cabe transcrever excerto da decisão:

[...]

CONTROLE NORMATIVO ABSTRATO. ENTIDADE DE CLASSE QUE REPRESENTA FRAÇÃO DE CATEGORIA FUNCIONAL. AUSÊNCIA DE LEGITIMIDADE ATIVA *AD CAUSAM*. HIPÓTESE DE INCOGNOSCIBILIDADE. LEGITIMIDADE DO CONTROLE PRÉVIO, PELO RELATOR DA CAUSA, DOS REQUISITOS FORMAIS INERENTES À FISCALIZAÇÃO NORMATIVA ABSTRATA (*RTJ* 139/67, v.g.). AÇÃO DIRETA NÃO CONHECIDA.

– Não se qualifica como entidade de classe, para efeito de instauração do processo de controle normativo abstrato de constitucionalidade (CF, art. 103, IX), a instituição que congregue agentes estatais que constituam mera fração de determinada categoria funcional.

Aduz a agravante que a categoria de peritos criminais, em mais de 17 Estados, não se confunde com a instituição da Polícia Civil. Além disso, associações com objetivos semelhantes, e até com número menor de associados, como a Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (ADEPOL), foram consideradas legítimas para propor ação direta de inconstitucionalidade na defesa de interesses das categorias respectivas (peça 60).

II TEMPESTIVIDADE

A decisão foi publicada em 8 de junho de 2015 (segunda-feira). Iniciou-se a contagem do prazo no dia 9 (terça-feira) e findou no dia 13 (sábado), prorrogando-se para o primeiro dia

útil subsequente, 15 de junho de 2015. Nesse dia foi interposto o recurso, que é tempestivo, portanto.

III MÉRITO

Não merece êxito o recurso, em razão da ilegitimidade ativa *ad causam* da requerente.

Legitimidade ativa de entidades de classe de âmbito nacional para provocar controle concentrado de constitucionalidade, segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, depende de: (i) homogeneidade da categoria que representem;¹ (ii) representatividade da categoria em sua totalidade;² (iii) não hibridismo na composição;³ (iv) comprovação de caráter nacional pela presença de membros ou associados em, pelo menos, nove Estados da Federação;⁴ (v) vinculação temática entre objetivos institucionais da postulante e norma impugnada.

O Supremo Tribunal Federal, em diversos julgados, tem recusado legitimidade para ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade a entidades de classe de âmbito nacional que representem apenas fração de categoria de agentes estatais. Citem-se, por exemplo, os seguintes precedentes:

- 1 STF Plenário. Questão de ordem na ADI 108/DF Relator: Ministro CELSO DE MELLO. 13/4/1992, unânime. *Diário da Justiça*, 5 jun. 1992; *Revista trimestral de jurisprudência*, vol. 141, p. 3.
- 2 STF Plenário. ADI 1.486-MC/DF Rel.: Min. MOREIRA ALVES. 19/9/1996. *DJ*, 13 dez. 1996.
- 3 STF Plenário. ADI 146/RS. Rel.: Min. MAURÍCIO CORRÊA. 6/5/1998, un. *DJ*, 19 dez. 2002; *RTJ*, v. 139, p. 391.
- 4 STF Plenário. ADI 108-QO/DF Rel.: Min. CELSO DE MELLO. 13/4/1992. *DJ*, 5 jun. 1992; *RTJ*, v. 141, p. 3.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – ENTIDADE DE CLASSE QUE REPRESENTA FRAÇÃO DE CATEGORIA FUNCIONAL – AUSÊNCIA DE LEGITIMIDADE ATIVA *AD CAUSAM* – AÇÃO DIRETA NÃO CONHECIDA – RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO.

– Não se qualifica como entidade de classe, para efeito de instauração do processo de controle normativo abstrato de constitucionalidade (CF, art. 103, IX), a instituição que congregue agentes estatais que constituam mera fração de determinada categoria funcional. Precedentes.⁵

CONSTITUCIONAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DA POLÍCIA FEDERAL – ANSEF: LEGITIMIDADE ATIVA.

I – Associação Nacional dos Funcionários da Polícia Federal: por congregar um segmento de classe, os servidores da Polícia Federal, parcela dos servidores policiais, representativa, pois, de uma fração da classe dos servidores federais, não se constitui em entidade de classe com legitimidade ativa para a ação direta de inconstitucionalidade.

II – ADI não conhecida.⁶

Ainda que por motivo diverso, a ilegitimidade ativa *ad causam* da agravante já foi acertadamente reconhecida no julgamento do agravo regimental na ação direta de inconstitucionalidade 1.631/DF. Veja-se o julgado:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. HETEROGENEIDADE DA COMPOSIÇÃO SOCIAL DE ENTIDADE QUE CONGREGA ASSOCIAÇÕES DE CLASSE E PESSOAS FÍSICAS, INCLUSIVE ORIUNDAS DE SINDICATOS. AUSÊNCIA DE LEGITIMIDADE ATIVA *AD CAUSAM*. 1. Tratando-se de associação de associações, visto que congrega pessoas jurídicas no seu quadro social, podendo ser admitidas pessoas físicas nas categorias de sócios beneméritos e honorários, e ter na

5 STF. Plenário. Agravo regimental na ADI 4.358/DF. Rel.: Min. CELSO DE MELLO. 13/8/2014, maioria. *DJ eletrônico* 173, 8 set. 2014.

6 STF. Plenário. ADI 1.431/DF. Rel.: Min. SYDNEY SANCHES. Redator para acórdão: Min. CARLOS VELLOSO. 5/2/1998, maioria. *DJ*, 12 set. 2003.

diretoria membro oriundo de sindicato, por filiação direta, caracterizando-se assim a composição híbrida, falta-lhe legitimidade ativa *ad causam* para postular em sede de controle normativo abstrato. 2. Agravo regimental não provido.⁷

Desse modo, não merece ser provido o recurso, pois é insuperável a ilegitimidade ativa *ad causam* da agravante para propor ações de controle concentrado de constitucionalidade.

IV CONCLUSÃO

Ante o exposto, o parecer é pelo não provimento do agravo regimental.

Brasília (DF), 30 de setembro de 2015.

Rodrigo Janot Monteiro de Barros

Procurador-Geral da República

RJMB/WS/TVM-Par.PGR/WS/2.098/2015

⁷ STF, Plenário. AgR na ADI 1.631/DF. Rel.: Min. MAURÍCIO CORRÊA. 1/10/1997, maioria. *DJ*, 28 nov. 1997.